

 <p>ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DA VIDA</p>	<p>PSICO</p> <p>Psico, Porto Alegre, v. 55, n. 1, p. 1-14, jan.-dez. 2024 e-ISSN: 1980-8623 ISSN-L: 0103-5371</p>
<p>http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2024.1.41549</p>	

SEÇÃO: ARTIGOS

A transição para a coabitação em casais de adultos jovens

The transition to cohabitation in young adults couples

La transición a la cohabitación en parejas de adultos jóvenes

Giovanía Mitie Maesima¹

orcid.org/0000-0003-4347-3601
giovaniमितie@gmail.com

Angélica Paula

Neumann²

orcid.org/0000-0001-5888-0360
angelicaneumann@gmail.com

Adriana Wagner¹

orcid.org/0000-0002-0629-2310
adrianaxwagner@gmail.com

Recebido em: 16 ago. 2021.

Aprovado em: 20 dez. 2022.

Publicado em: 06 dez 2024.

Resumo: O objetivo deste estudo foi compreender como casais de adultos jovens vivenciaram, pela primeira vez, a transição para a coabitação. Para tanto, entrevistaram-se quatro casais em coabitação, sem filhos, residentes em uma capital brasileira. Os dados coletados foram submetidos à análise temática reflexiva, que gerou três temas. Os resultados revelam como ocorreu o processo de decisão pela coabitação e a adaptação à moradia conjunta, marcada por desafios e tarefas, bem como pelo amadurecimento da relação e pelo crescimento individual dos membros do casal. As experiências de saída da casa da família de origem, antes da coabitação, e de namoros anteriores, foram percebidas como facilitadoras para a transição para a coabitação. Conclui-se que, embora a fase seja desafiadora, proporcionou amadurecimento aos participantes, sendo descrita como uma experiência positiva.

Palavras-chave: relações conjugais, dinâmica de casal, jovens, pesquisa qualitativa

Abstract: The aim of this study was to comprehend how young adult couples first transitioned to cohabitation. To accomplish that, four young adult couples in cohabitation, without children, living in a Brazilian capital, were interviewed. Collected data was submitted to reflexive thematic analysis, which generated three themes. Results revealed how the decision process for cohabitation and adaptation to co-residence occurred, marked by challenges and tasks, as well as individual and relational growth. The experience of leaving the family of origin home before cohabiting, and of previous relationships were perceived as facilitators for the transition to cohabitation. In conclusion, although this stage was challenging, it provided individual growth, being described as a positive experience.

Keywords: marital relations, couple dynamics, young adults, qualitative research

Resumen: El objetivo de este estudio fue comprender cómo las parejas de adultos jóvenes experimentaron, por primera vez, la transición para la cohabitación. Para tanto, se entrevistó a cuatro parejas en cohabitación, sin hijos, residentes en una capital brasileña. Los datos recolectados fueron sometidos a un análisis temático reflexivo, que generó tres temas. Los resultados revelan el proceso que resultó en la decisión y adaptación de compartir la vivienda, marcado por retos y tareas, así como por la maduración de la relación y el crecimiento individual de los miembros de la pareja. Las experiencias de dejar el hogar de la familia de origen antes de la convivencia y las citas previas se percibieron como facilitadoras para la transición a la cohabitación. En conclusión, aunque es una fase desafiante, proporcionó a los participantes madurez, calificándose como una experiencia positiva.

Palabras clave: relaciones conyugales, dinámica de pareja, jóvenes, investigación cualitativa



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

² Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Erechim, RS, Brasil.

A experiência de coabitação entre parceiros amorosos antes do casamento, ou em seu lugar, tem se popularizado entre adultos jovens, tanto em países da Europa e da América do Norte (Manning, 2020; Perelli-Harris & Lyons-Amos, 2015; Sassler & Lichter, 2020), quanto nos da América Latina (Menezes & Lopes, 2007; Ramm & Salinas, 2019). Historicamente, a coabitação na América Latina estava associada a casais de níveis socioeconômicos mais baixos. Contudo, mais recentemente, esse arranjo tem se ampliado para pessoas com renda e escolaridade mais altos (Ramm & Salinas, 2019). Entre os adultos jovens, tornou-se o tipo de experiência familiar mais comum, ultrapassando o casamento e a parentalidade. Por isso, os demógrafos indicam a possibilidade de considerar a coabitação como um dos marcadores da entrada dos jovens na idade adulta (Manning, 2020).

Os motivos que levam os casais a optar pela coabitação já foram investigados em estudos nacionais e internacionais (Abreu & Almeida, 2015; Duarte & Rocha-Coutinho, 2011; Huang et al., 2011; Perelli-Harris et al., 2014; Ramm & Salinas, 2019). Um dos mais recorrentes é a possibilidade de testar como seria a experiência do casamento (Abreu & Almeida, 2015; Huang et al., 2011; Perelli-Harris et al., 2014). Além disso, a possibilidade de passar mais tempo com o(a) parceiro(a), dividir os gastos de moradia (Duarte & Rocha-Coutinho, 2011; Huang et al., 2011) e dar início ao processo de formação conjugal e constituição familiar (Ramm & Salinas, 2019) também são aspectos que influenciam essa escolha.

Para os casais que coabitam, a vivência da etapa de formação do casal atrela-se ao início da moradia conjunta. Embora seja frequentemente romantizada, esta etapa é bastante desafiadora e uma das mais complexas do ciclo vital (McGoldrick, 2016), a qual implica em diversas tarefas e desafios ao novo par, como, por exemplo: a consolidação do casal enquanto sistema diferenciado de suas famílias de origem (McGoldrick & Shibusawa, 2016); o fortalecimento do vínculo emocional e do compromisso afetivo entre os parceiros (Rios-González, 2011); a definição dos

padrões de comunicação e de resolução dos conflitos (Wagner & Delatorre, 2018); o equilíbrio entre as dimensões da individualidade e da conjugalidade (Féres-Carneiro, 1998); e o estabelecimento do contrato relacional inicial (Espínola et al., 2017).

Nesta fase, são requeridas diversas combinações referentes, por exemplo, à administração do dinheiro, das tarefas domésticas, do espaço, do tempo e da rotina, que acarretam uma demanda emocional importante (Heckler & Mosmann, 2014; McGoldrick, 2016). Embora este processo seja custoso, é considerado essencial para a acomodação do casal em um padrão de funcionamento que atenda às demandas de ambos os parceiros (Minuchin, 1982; Rios-González, 2011). Um estudo americano indicou que a coabitação é uma fase complexa por acumular conflitos comuns às etapas do namoro e do casamento, estágios possivelmente intermediados pela coabitação. Cada um desses estágios possui distintas tarefas, que podem favorecer o surgimento de conflitos específicos. Assim, é possível que ocorra uma sobreposição de conflitos típicos aos estágios do namoro e do casamento após a transição para a coabitação (Rhoades et al., 2012).

De acordo com a perspectiva do ciclo vital, as transições são os momentos mais estressantes por comportarem mudanças e desequilíbrios (Cowan & Cowan, 2016). Dessa forma, salienta-se a importância de compreender como ocorre a transição para a coabitação, dada a frequência e a relevância desse arranjo. Apesar de haver aproximações entre a relação de coabitação e a de casamento, esses são fenômenos distintos. Assim, a transposição de teorias e compreensões de uma instituição para a outra provavelmente não abarcaria a complexidade de cada fenômeno (Kroeger & Smock, 2014; Manning, 2020). Diante desse panorama, o objetivo deste estudo foi compreender como quatro casais de adultos jovens vivenciaram, pela primeira vez, a transição para a coabitação. Mais especificamente, buscou-se investigar os motivos que sustentaram a opção pela coabitação; como ocorreu o processo de adaptação à convivência diária; e os aspectos

considerados favorecedores da adaptação à coabitação.

Método

Delineamento e participantes

Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e transversal, que contou com uma amostra intencional (Fontanella et al., 2008) de quatro casais heterossexuais, sem filhos, em coabitação e residentes em Porto Alegre. Os casais foram

selecionados a partir dos critérios: ambos serem adultos jovens (18 a 40 anos); estarem em primeira experiência de coabitação; iniciada entre seis e 18 meses antes da entrevista; e não terem uma relação formalizada por meio de união estável registrada em cartório ou casamento. A maioria dos participantes se autodeclarou branca, não religiosa ou não praticante, com ensino superior e renda de até quatro salários-mínimos (considerando-se o valor vigente, em 2020, de R\$ 1045,00), conforme detalhado na Tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização dos casais participantes

<i>Participante</i>	<i>Idade, cor/raça autodeclarada e religião</i>	<i>Escolaridade e renda</i>	<i>Tempo total de relacionamento</i>	<i>Tempo de coabitação</i>
Amanda	24, branca, não religiosa	ES, até 4 SM	6 anos e 5 meses	1 ano e 3 meses
André	25, branca, católico não-praticante	EM, até 4 SM		
Bárbara	23, parda, não religiosa	ES, até 4 SM	7 anos	11 meses
Bernardo	23, branca, agnóstico	ES incompleto, até 4 SM		
Claudia	32, branca, espírita	ES, até 4 SM	2 anos	1 ano e 3 meses
César	31, branca, espírita	ES, entre 4 e 10 SM		
Diana	24, parda, católica	ES, até 4 SM	1 ano e 1 mês	6 meses
Daniel	30, branca, não religioso	ES, até 4 SM		

Nota. ES = Ensino superior; EM = Ensino Médio; SM = Salário-mínimo.

Procedimentos de coleta de dados, instrumentos e aspectos éticos

Os casais foram acessados por indicação da rede contatos das autoras, via e-mail. Após o aceite, os participantes responderam a um questionário sociodemográfico *online* e participaram das entrevistas. Primeiramente, realizou-se uma entrevista semidirigida com o casal e, cerca de dois meses depois, cada membro do casal foi entrevistado separadamente. Foram oferecidas as opções de realizar as entrevistas de forma *online* ou presencial. As entrevistas foram feitas presencialmente porque a maioria dos participantes exercia suas funções laborais fora de casa. Todas as medidas de segurança preventivas contra a COVID-19 foram tomadas.

A entrevista conjunta visou compreender a

vivência da coabitação, investigando temas como: processo de adaptação à coresidência, organização das tarefas domésticas, administração das finanças, sexualidade, lazer, conflitos conjugais, relação com as famílias de origem, vivência da pandemia de COVID-19 e projetos futuros. Esses temas foram eleitos com base em pesquisas sobre a etapa de formação do casal (Heckler & Mosmann, 2014; McGoldrick & Shibusawa, 2016; Ríos-González, 2011), assim como em função do contexto pandêmico em que a pesquisa ocorreu. Foi feita uma entrevista piloto *online* com um casal a fim de verificar a adequação das perguntas aos objetivos da pesquisa. Nas entrevistas individuais, alguns tópicos abordados na primeira entrevista foram retomados, visando compreender com maior profundidade a perspectiva individual de cada participante sobre a experiência de coabi-

tação. A duração média das entrevistas conjuntas foi de 2h25 (1h03 – 4h19) e das entrevistas individuais, de 1h22 (46min – 1h55). A coleta dos dados ocorreu entre junho e novembro de 2020. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (parecer n.º 4.143.492). Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e seus nomes e dados sensíveis foram ocultos e/ou modificados para preservar suas identidades.

Análise de dados

As entrevistas foram gravadas em áudio, transcritas na íntegra e importadas para o *software* N-Vivo 13. Os dados foram analisados por meio da análise temática reflexiva (Braun et al., 2019). A familiarização com os dados foi facilitada visto que as entrevistas foram conduzidas e transcritas pela primeira autora. O material foi lido novamente e, nesta etapa, foram destacadas as informações consideradas relevantes. Em seguida, deu-se início à codificação inicial a partir de uma leitura ativa e minuciosa dos dados. Posteriormente, os códigos foram agrupados em temas potenciais, relacionados aos objetivos da pesquisa. Feito isso, esses temas foram revisados a fim de verificar a coerência entre a codificação e os potenciais temas. Finalmente, os temas e subtemas foram

definidos, descritos e nomeados, de modo a informar a especificidade e o significado de cada um.

Resultados

O processo de análise temática gerou três temas: *Processo de decisão da coabitação*, *Processos adaptativos à coabitação* e *Aspectos favorecedores da adaptação*. O mapa temático contendo a ilustração de cada tema e seus respectivos subtemas está representado na Figura 1. Para distinguir entre as falas obtidas nas entrevistas individuais (EI) e conjuntas (EC), inseriu-se suas iniciais, EI ou EC, após a indicação do nome do participante. Para fins de contextualização, apresentam-se algumas informações adicionais sobre os participantes: os casais A e B acumulavam vários anos de relacionamento prévio à coabitação, tendo a díade – em ambos os casos – se conhecido durante o ensino médio e migrado posteriormente para Porto Alegre, advindos de cidades menores do sul do Brasil. O casal B passou por um rompimento antes de iniciar efetivamente a coabitação. Os casais C e D possuíam tempo de relacionamento total consideravelmente menor que os demais casais. E o casal D iniciou a coabitação em meio à pandemia de COVID-19, tendo um dos parceiros migrado de outra capital para Porto Alegre.



Figura 1. Representação do mapa temático.

Processo de decisão da coabitação

O primeiro tema abrange as *expectativas* (subtema 1) dos participantes frente a coabitação, a *motivação* (subtema 2) dos casais para morarem juntos e o *planejamento* (subtema 3) realizado para efetivamente iniciarem a coresidência. Desse modo, o tema concentra questões referentes ao período que antecede a coabitação.

O primeiro subtema foi elaborado a partir das falas dos participantes ao rememorem quais *expectativas* tinham sobre a residência com o(a) parceiro(a). Algumas falas demonstram sentimentos de ansiedade e medo frente à mudança: "Eu acho que eu era bastante pessimista no início" (André, EI), ou de que a vida a dois seria mais desafiadora do que efetivamente foi: "Eu tinha expectativa de que fosse mais difícil, que teriam momentos muito, muito complicados. Às vezes tem, obviamente, mas acho que menos do que eu esperava" (Bárbara, EC). Tais expectativas foram influenciadas por relatos de terceiros que, ou depreciaram a vida em comum, ou enfatizaram as próprias dificuldades vivenciadas na coabitação.

Ao mesmo tempo, expectativas positivas foram relatadas: "Expectativas muito boas que era tipo: ah, que bom! A gente vai morar junto e vai ser muito legal! Aquela coisa bem romantizada" (Claudia, EC). A coabitação foi descrita por uma participante como sendo um "sonho" (Bárbara, EC), indicando, assim como na vinheta anterior, a presença de expectativas idealizadas sobre este momento. Em contraste, também se verificou a ausência de expectativas: "Não tinha muita expectativa, e foi tudo certo, né?!" (César, EC), talvez numa tentativa de evitar frustrações futuras, ou devido a uma tomada de decisão repentina sobre o início da coabitação.

Os participantes com menor tempo de relacionamento prévio à coabitação (casais C e D) também mencionaram expectativas sobre o(a) parceiro(a). Provavelmente, o fato de estarem em um momento inicial da relação, com menos parâmetros sobre o(a) companheiro(a), gerou mais incertezas sobre quais posturas e comportamentos esperar, especialmente no que tange à divisão das responsabilidades domésticas e

financeiras:

Eu tinha um pouco de medo, porque o César morava com os pais dele e (...) eles têm um pouco mais de condições. Eles têm uma empregada doméstica que faz tudo (...) então, o César, em teoria, nunca tinha feito nada disso. Isso me deixava um pouco apreensiva com relação às expectativas da gente morar juntos. Eu pensava 'putz, será que eu vou ter que fazer tudo?' (Claudia, EC).

O subtema seguinte, *motivação*, diz respeito ao contexto e às razões que levaram os participantes a optar pela coabitação. Foram observados dois processos: aqueles que planejaram essa mudança e aqueles que começaram a coabitar em meio a um contexto de oportunidade. Foram predominantes os relatos indicando um contexto de pressão de um dos parceiros para iniciar a coabitação: "Acho que também teve uma questão de pressão da Amanda, digamos" (André, EI). Para um dos casais, iniciar a coabitação foi uma condição para reatarem o relacionamento: "Uma condição que eu dei: a gente vai voltar, mas a gente precisa morar logo junto" (Bárbara, EI). Assim, o processo de decisão para eles "foi meio que ou vai ou vem" (Bernardo, EC). Percebem-se também falas sugerindo que a decisão de viver com o(a) companheiro(a) se deu em um contexto de pressão, mas também de oportunidade:

Chegou um ponto que eu disse 'não, eu não aguento mais [morar com amigos], estou pensando em voltar a morar com a minha mãe', que era uma opção que eu não queria (...) e aí, eu falei 'ou a gente vai morar junto'. E aí, ele disse 'acho que sim, podemos morar juntos'. Mas a ideia do César era esperar um pouco mais pelas questões financeiras (Claudia, EC).

A pandemia de COVID-19 também propiciou o adiantamento da coabitação para Daniel e Diana, já que ela ficou confinada no apartamento de Daniel após o início das medidas de distanciamento social. Por isso, viveram juntos provisoriamente por três meses e, depois disso, decidiram oficializar a coabitação: "Se não fosse a pandemia, eu acho que eu não ia tão cedo (...) mas com a pandemia não tinha muito pra onde correr também e fazia sentido eu me mudar mais rápido" (Diana, EC).

Além do contexto, outros motivos influenciaram a tomada de decisão. Morar com o(a) companheiro(a) foi percebido como uma evolução no relacionamento, sugerindo um aumento de compromisso. Para os casais que namoravam a distância, a coabitação possibilitaria romper com o distanciamento físico: "Eu tinha muito essa expectativa de poder voltar como era no início, sabe? De poder compartilhar situações que antes a gente não podia, tipo, aniversário, ir na casa de algum amigo, poder fazer coisas de casais normais" (Bárbara, EC). Além disso, outro motivo mencionado foi a possibilidade de dar início à formação de uma família e testar como seria o casamento, sendo este último motivo citado com bastante frequência:

Também pra poder ver se era aquilo ali que eu queria. Eu acho que o morar junto é uma experimentação de como vai ser a vida do casal. E até pra tu ter certeza, digamos assim, que é aquela pessoa que tu vai querer te casar. Acho que todo mundo deveria morar com a pessoa antes de casar (André, EI).

Depois de optarem pela coabitação, os participantes passaram a fazer o seu *planejamento*. Este último subtema traz os relatos sobre os planos de moradia conjunta, incluindo a organização financeira e do espaço físico. Os participantes consideraram relevante discutir sobre a administração das finanças antes de começar a coresidência. A importância atribuída a este aspecto também se evidencia pela valorização em adquirir independência financeira antes de morar com o parceiro: "Eu não queria morar com o André dependendo financeiramente dos meus pais" (Amanda, EI).

Com relação à organização do espaço físico, percebem-se dois contextos distintos. No primeiro, um dos parceiros passou a morar no apartamento em que o(a) companheiro(a) já vivia e, por isso, a mudança física se deu mais facilmente. Ainda assim, um dos casais reformou o quarto para acomodar melhor suas necessidades, já que utilizavam o ambiente para trabalhar e dormir. O segundo contexto é dos casais que alugaram um imóvel novo juntos. Verificaram-se experiências mais fáceis, como a do casal C: "O

primeiro e único apartamento que a gente visitou foi o que a gente já amou (...) e aí, foi como eu falei, tudo muito rápido, a gente foi pá, pá, pá, nos mudamos" (Claudia, EC). E, por outro lado, outras mais difíceis, indicando grande desgaste neste período de busca: "Eu fiquei responsável por olhar os lugares, ir nos lugares [...] e eu faço 11 horas por dia [de trabalho] (...) foi bem corrido, eu me estressei muito, porque a gente precisava de um fiador e a gente não tinha" (Bárbara, EC). Esta participante ficou encarregada de procurar o imóvel e lidar com a parte burocrática sozinha. Isto gerou mais estresse a ela e o casal teve dificuldades em alinhar-se neste momento.

Processos adaptativos à coabitação

O segundo tema reúne relatos referentes ao período de adaptação à coresidência, marcados pelos *desafios e tarefas* (subtema 1) com os quais os participantes se depararam ao viverem sob o mesmo teto. Frente a tais desafios, os casais necessitaram fazer ajustes e concessões, que favoreceram o *amadurecimento relacional* (subtema 2), também evidente neste período adaptativo.

O subtema *desafios e tarefas* abarca quatro processos considerados pelos participantes como desafiadores. O aumento da convivência, a partir da coabitação, possibilitou conhecer o(a) parceiro(a) desde uma perspectiva mais integral: "Tu conhece a pessoa muito mais quando tu tá [morando junto]; tu não conhece só a casquinha ou a parte boa, tu conhece tudo" (César, EC). Desse modo, os parceiros também se depararam com aspectos do outro considerados menos agradáveis e que desconheciam anteriormente:

Na convivência diária, a gente vai descobrindo algumas diferenças e tentando trabalhar em cima disso (...) acho que tem muita coisa que a gente não pega numa relação que tá mais distante e que daí, naturalmente, aparece e tu vai conhecendo. E numa relação que tu tá diariamente convivendo com a pessoa (...) a gente foi se conhecendo melhor e acho que é bem claro que, às vezes, a gente conhece coisas que não conhecia (Daniel, EC).

Estas descobertas sobre as particularidades do(a) companheiro(a) foram explicitadas pelos

casais que tinham menos tempo de relacionamento anterior à coabitação (casais C e D). Esses participantes indicaram a importância de buscar acomodar suas dissemelhanças a fim de manter uma boa convivência. Assim, *conciliar as diferenças* foi uma das tarefas requeridas nesta fase. Os participantes mencionam ser necessário "comportar as duas visões de mundo diferentes" (Bernardo, EC), bem como as "personalidades" (Diana, EC) de cada um. Segundo eles, algumas habilidades, como a flexibilidade e a demonstração de compreensão, podem contribuir para a melhor conciliação das divergências:

Se tu quer estar com a pessoa tu vai ter que te moldar a algumas coisas e chegar numa rotina que ambos estão felizes. Acho que isso é o que mais pesa, a tua capacidade de ser flexível, de entender o outro, de modificar a tua vida pra ter uma vida com a outra pessoa (César, EC).

A tarefa de *equilibrar a individualidade e a conjugalidade*, bastante saliente na etapa de formação do casal, foi relatada como um desafio por todas as díades por meio do relato de necessidades diferentes de tempo individual. De forma geral, percebe-se demandas de mais momentos de lazer compartilhados nos relatos das mulheres, ao passo que os homens pareceram valorizar mais a preservação do lazer individual. Este tópico tornou-se mais conflituoso ao se relacionar com questões sensíveis a um dos parceiros como, por exemplo, a insegurança.

Os participantes reconhecem que a adaptação a essas diferentes necessidades ocorreu de forma processual: "Acho que isso foi um processo, foi uma coisa que não foi instantânea e hoje em dia eu vejo que é muito mais tranquilo" (André, EI). A fala de Bernardo (EI) demonstra que a busca pelo equilíbrio entre a individualidade e a conjugalidade foi favorecida quando ambos cederam em alguma medida: "Eu tive que me forçar em alguns momentos a dar um pouco disso que ela queria [momentos de lazer juntos] e ela teve que aceitar que nem em todos os momentos ela ia ter isso [momentos compartilhados]".

Compartilhar um lar implica também na *divisão das tarefas domésticas*. Este foi um dos

temas de conflito mais frequentes para os casais entrevistados, cujas principais dificuldades se relacionavam a dividir as tarefas de um modo considerado justo por ambos os parceiros; definir o nível de limpeza que gostariam de ter em suas casas, incluindo a frequência das faxinas e o quanto estavam dispostos a contribuir para esta limpeza; e o fato de um dos membros do casal ser mais organizado que o outro.

Alguns participantes homens não costumavam contribuir com a limpeza enquanto moravam com suas famílias de origem. Assim, quando passaram a viver com a parceira, tiveram que aprender com elas a fazer as tarefas domésticas: "No início, sim, ele dividia um pouco menos, porque não era acostumado. Cozinhar era uma coisa que ele não sabia, então eu fui puxando também um pouco ele. Mas ele sempre se mostrou muito interessado em estar ajudando" (Amanda, EI). Chama atenção o uso do termo ajudando, que sugere um papel coadjuvante do companheiro no exercício das tarefas domésticas. As companheiras relatam que foi mais difícil lidar com estas tarefas no início da coabitação, ainda que seus parceiros se mostrassem abertos a aprender e contribuir: "No início a gente se desentendia um pouco mais, porque às vezes eu me sentia muito sobrecarregada por ter que ficar toda hora dizendo o que ele tinha que fazer ou mostrando como tinha que fazer" (Claudia, EC).

Finalmente, este subtema aborda a necessidade de *conciliar a vida pessoal e laboral*. O trabalho foi apontado como um intensificador dos desafios enfrentados pelos casais durante a adaptação à coabitação: "Acho que era bastante coisa pra estar lidando [trabalho e coabitação] e nesses primeiros meses a gente tinha, claro, (...) ajustes a serem feitos" (Amanda, EI). As intensas rotinas de trabalho da maioria dos participantes somaram desafios à adaptação à coabitação, seja pelo trabalho demandar muito tempo e/ou pelo acúmulo do cansaço. Um dos casais agregou, ainda, os desafios de conciliar o trabalho em *home office* de ambos. Eles precisaram reorganizar o espaço físico a fim de tornar o ambiente mais confortável: "Tinha até mais dificuldades do

que eu imaginava (...) no sentido de que os dois estão no ambiente, fazendo barulho (...) e a gente tem que equacionar isso e organizar isso pra que um não atrapalhe o outro" (Daniel, EC). Ademais, diante do contexto pandêmico, precisaram estabelecer fronteiras para demarcar o período de dedicação ao trabalho e o período de descanso.

Embora esta fase seja bastante desafiadora, lidar com estas tarefas contribuiu para o *amadurecimento relacional*. Este segundo subtema abrange a *acomodação dos padrões relacionais*, necessária para a manutenção de uma boa convivência: "Às vezes, a gente tem algumas ideias diferentes, mas a gente acaba chegando num ponto comum e, de modo geral, acho que tem funcionado bem" (Daniel, EC). Por meio do estabelecimento de acordos, os participantes relatam que conseguiram organizar suas rotinas, adquirindo uma sintonia e um funcionamento muito mais fluido do que comparado aos primeiros meses de coabitação: "As coisas que a gente se dava bem continuam a mesma coisa. Agora, as que eram ruins e que a gente conflitava, diminuíram" (Bernardo, EC).

Outra ramificação deste subtema é o *aprendizado conjunto*. Além do crescimento enquanto casal, percebe-se também um crescimento individual influenciado pelo relacionamento: "Pessoalmente, eu cresci muito e tenho certeza que o fato de a gente estar morando junto influenciou muito também. Isso mudou tudo na minha vida em questão profissional e pessoal com a Amanda" (André, EI). O fato de os participantes estarem em um período de investimento na carreira também pode contribuir para o crescimento individual: "Fica difícil descolar o que aconteceu por uma coisa [coabitação] ou por outra [trabalho], ou por todo o conjunto" (Amanda, EI). Independentemente disso, os participantes percebem-se mais maduros e seguros.

Nesse sentido, foram recorrentes as falas sobre o apoio ao desenvolvimento do parceiro(a), especialmente quando um deles tinha mais facilidade em uma habilidade que o outro desejava desenvolver. Por exemplo, um dos casais relatou que o companheiro auxiliou a parceira a admi-

nistrar melhor suas finanças pessoais, ao passo que ela o incentivou a melhorar suas habilidades de comunicação. Assim, além de se apoiarem, os parceiros indicam que aprenderam um com o outro: "Em questão emocional eu acho que eu evolui bastante, principalmente na relação com o Daniel, porque eu aprendi bastante coisa com ele" (Diana, EI).

Ademais, o aumento da intimidade favorece uma melhor compreensão da perspectiva do(a) companheiro(a), quando há uma disponibilidade do casal para isso. Neste sentido, verificou-se relatos sobre o reconhecimento de maior abertura e compreensão do(a) parceiro(a) durante as entrevistas conjuntas: "Eu estou mais empático com os teus sentimentos (...) e você está mais empática com todas as minhas dificuldades" (Bernardo, EC). Alguns também mencionaram que se sentem mais responsáveis pelo bem-estar do outro a partir da coresidência: "Ter consciência de que dividir a vida significa que parte da felicidade da outra pessoa é tua responsabilidade também" (Daniel, EC).

O planejamento do futuro do casal é percebido como um indicador de mudança qualitativa na relação, que sugere maior amadurecimento, se comparado à fase de relação sem coabitação: "A gente conseguiu enxergar melhor várias coisas que a gente quer pro nosso futuro" (Amanda, EC). Esta avaliação da evolução da relação também é refletida por meio das falas sobre o aumento de vínculo e confiança, bem como pelo modo de designar o(a) parceiro(a): "Eu tento definir como a minha companheira, porque não é mais um namoro, sabe? Existe um comprometimento muito maior" (César, EC).

Aspectos favorecedores da adaptação

O terceiro tema refere-se a acontecimentos anteriores à coabitação, percebidos como facilitadores de sua adaptação. Esses foram divididos entre *contexto* (subtema 1) e *experiências anteriores* (subtema 2). Os conteúdos referentes ao contexto indicaram a maturidade, tanto individual quanto do relacionamento, como favorecedora da adaptação à coabitação: "Eu acho que da

maneira que foi construído hoje funcionou por esses dois fatores mesmo. Não só pelo tempo de relação, mas pela idade" (Amanda, EI). O acúmulo de vários anos de relacionamento prévio à coabitação oportunizou mais períodos de testes sobre como seria morar com o(a) parceiro(a). Neste sentido, esses participantes tinham maior tempo de convivência, como nos períodos de férias, em viagens e visitas à casa um do outro: "Facilitou também, eu acho, o fato de a gente já ter uma proximidade muito grande antes de morar junto. (...) eu já sabia os hábitos dele, sabia como é que ele era no dia a dia" (Bárbara, EI). Participantes com menos tempo de relacionamento também relataram experiências similares, embora com menor frequência: "Eu achava que a gente se dava bem nos períodos de teste (...) em que ela esteve aqui ou que a gente esteve em [cidade turística que visitaram juntos]" (Daniel, EC).

Somado a isso, as *experiências anteriores* também foram citadas como facilitadoras da coabitação. Uma delas é a de independência financeira, considerada por alguns participantes como um requisito necessário antes de coabitar. As vivências de namoros anteriores também contribuíram, na medida em que possibilitaram refletir sobre os aspectos que deveriam ser repetidos ou modificados:

Já tenho uma certa maturidade em relação a outros relacionamentos que eu era mais fechado, que eu percebia que isso trazia problemas, principalmente, a longo prazo. (...) com essa maturidade, nesse relacionamento, desde o início eu tinha bem claro pra mim que eu precisava falar mais, conversar mais (Daniel, EI).

Além disso, os namoros anteriores auxiliaram a simular a vida sob o mesmo teto: "Eu também tive pequenas experiências: o fim de semana deixa de ser só aquele momento que você fica junto, mas tipo 'Ah, vamos no mercado? Vamos fazer isso?' (...) acho que foram experiências boas que tive no passado que facilitaram" (Diana, EI).

Por fim, as experiências anteriores de saída da casa da família de origem seguem o mesmo raciocínio: "Eu tive que aprender a me virar, aprender as coisas sozinha, eu acho que isso me ajudou bastante, pessoalmente, a aprender

bastante coisa" (Bárbara, EI). Essas experiências, morando só ou com colegas, foram significativas, porque requisitaram novas habilidades e ajustes com os(as) colegas de moradia. Nesta perspectiva, os participantes enfatizaram os aprendizados relacionados às tarefas de organização doméstica: "Foi bem importante por ter sido uma experiência de estar morando sem os meus pais (...) tanto questões de organização financeira, de casa, que eu não tinha tanto antes, acho que (...) foi bem importante pra esse momento depois" (Amanda, EI).

Discussão

Este estudo possibilitou compreender o processo de transição para a coabitação de quatro casais de adultos jovens. Verificou-se que esta fase foi marcada por desafios e aprendizados, sendo que as vivências anteriores à coabitação facilitaram a transição e a adaptação à nova etapa. Os motivos que levaram os participantes a optar pela coabitação foram semelhantes aos verificados em outros estudos. Neste sentido, foram indicados o desejo de estar mais próximo e de avaliar a compatibilidade com o(a) companheiro(a) (Huang et al., 2011), buscando testar, por meio da coabitação, como seria a vivência do casamento (Abreu & Almeida, 2015; Perelli-Harris et al., 2014). Além disso, a coabitação foi entendida como uma forma de avançar em direção a uma relação de mais compromisso e possibilitar o início do processo de constituição familiar, panorama similar aos achados de Ramm e Salinas (2019). Na literatura internacional, o fato de a coabitação permitir estabelecer uma relação flexível e sem compromissos de longo prazo também foi considerado um aspecto atrativo aos adultos jovens (Huang et al., 2011; Manning, 2020). No presente estudo, porém, não foram encontradas tais motivações.

Pesquisas americanas (Manning & Smock, 2005; Manning et al., 2019) sugerem que a coabitação seria um tipo de relação iniciada sem muitos planejamentos ou aspirações, na qual os casais simplesmente "escorregariam" para esta relação. Em alguma medida, os casais C e D corroboram

estes resultados, tendo em vista que passaram a viver juntos em meio a um contexto de oportunidade. Por outro lado, os demais participantes relataram o planejamento da coabitação de forma deliberada, desenvolvendo diversas expectativas relacionadas à nova fase. Percebeu-se que a diferença no tempo de namoro prévio à coabitação foi um fator que impactou no seu ajustamento. Os casais que conviviam por mais tempo e que possuíam maior intimidade e conhecimento um do outro reportaram menos surpresas na transição para a coresidência, enquanto os casais que namoraram por pouco tempo prévio descobriram na coabitação características do outro que nunca, antes, haviam observado. Isso porque os casais com mais tempo de relação tiveram mais chances de vivenciar momentos que simulavam a vida em coresidência, sugerindo que uma maior intimidade anterior à coabitação parece favorecer a adaptação posterior.

Apesar dessas diferenças no que tange ao tempo de relacionamento, todos os casais reportaram a vivência de desafios. Dentre eles, a necessidade de equilibrar a individualidade e a conjugalidade foi descrita como uma tarefa presente, já que a maioria dos casais indicou necessidades distintas de tempo individual. Os valores do individualismo, evidentes na sociedade ocidental, refletem na valorização da autonomia e da satisfação individual em detrimento das relações de compartilhamento entre o casal, embora a formação do casal requeira justamente a criação de um espaço compartilhado de interação e de uma identidade conjugal (Féres-Carneiro, 1998). Assim, há uma linha tênue entre preservar a individualidade e, ao mesmo tempo, investir em momentos compartilhados com o(a) parceiro(a).

Conciliar a vida profissional e pessoal também foi considerada uma tarefa desafiadora, tendo em vista que os casais estavam em um período de investimento na carreira. Assim como reportado em um estudo brasileiro, alguns casais indicaram dificuldades relacionadas à falta de tempo para investir no relacionamento, já que dedicavam várias horas diárias a atividades de estudo ou de trabalho (Heckler & Mosmann, 2014). No que se

refere à divisão das tarefas domésticas, a maioria dos conflitos relacionados a este tema eram sobre os acordos acerca do nível de limpeza e organização que gostariam de manter no lar. A etapa evolutiva do casal pode contribuir para a presença de maiores atritos relacionados aos afazeres domésticos, já que as regras relativas a essas tarefas são construídas e negociadas nos primeiros anos de convivência. Há uma tendência de que tais conflitos diminuam conforme os casais sistematizam a divisão ao longo do tempo (Wagner & Delatorre, 2018).

De maneira geral, não houve relatos indicando sobrecarga contínua de um dos parceiros com as tarefas domésticas. Apesar do uso do termo *ajudando* para representar a participação masculina, aspecto que sugere que os afazeres domésticos são de responsabilidade da mulher (Heckler & Mosmann, 2014; Miller & Carlson, 2016), verificou-se que os participantes conseguiram equilibrar a divisão destas tarefas e revelaram posturas flexíveis para redistribuí-las quando necessário. Isso sugere uma mudança paradigmática gradual relacionada ao gênero em relação a esse aspecto, demarcado, em parte, pela disponibilidade dos indivíduos que não sabiam como desempenhar as tarefas domésticas, em aprendê-las.

As tarefas e os desafios relatados neste estudo estão em conformidade com o que a literatura refere sobre a etapa de formação do casal, que demanda ajustes e flexibilidade (McGoldrick, 2016; Ríos-González, 2011). Embora a literatura clássica cite a formação do casal como a etapa posterior à oficialização do casamento, percebem-se muitas congruências entre os desafios descritos e os relatos dos participantes referentes ao início da coabitação. Deste modo, entende-se que a coabitação pode ser considerada como um marcador de transição para a etapa do novo casal para aqueles que coabitam antes ou ao invés do casamento. Desde o estudo de Menezes e Lopes (2007), a coabitação é apontada como um estágio do relacionamento, distinto do namoro e do casamento, em que se sugere considerá-la como uma etapa do ciclo vital do casal. Verificou-se que a vivência da coabitação parece ter facilitado a

transição para o casamento, na medida em que auxiliou os casais a estabelecerem expectativas mais realistas e a se prepararem de modo mais adequado para o casamento. Ainda que não seja possível generalizar os achados, o presente estudo sugere que, mais do que contribuir para a preparação para o casamento, na coabitação já se iniciam as demandas da etapa de formação do casal, similarmente ao que acontece com os casais que passam a coabitar após o casamento.

Apesar de o enfrentamento dos desafios da coabitação ter sido laborioso, também proporcionou uma melhora qualitativa no relacionamento. O emprego de uma comunicação adequada e o encaminhamento dos conflitos de forma construtiva são algumas tarefas do novo casal (Fonseca & Duarte, 2014) que parecem ter sido empregadas pelos participantes. Os casais relatam que por meio do estabelecimento de acordos, conseguiram atingir um funcionamento mais sintonizado. Minuchin (1982), desde a década de 1980, refere a necessidade do desenvolvimento de padrões de apoio entre os parceiros. No processo que denominou como acomodação mútua, os companheiros se auxiliam, na medida em que apoiam e despertam as características mais positivas um do outro. Deste modo, o subsistema conjugal pode contribuir para o crescimento de seus membros. Os relatos dos participantes sobre o aprendizado conjunto, incluindo também o crescimento individual, vão ao encontro do conceito de acomodação mútua referido. O aumento da convivência e da familiaridade favoreceu a adaptação do casal frente aos desafios, propiciando o amadurecimento relacional e individual, tal como observado em uma investigação brasileira sobre qualidade conjugal (Delatorre & Wagner, 2021).

Assim, os processos adaptativos, permeados pelo enfrentamento de conflitos, superação de desafios e aprendizado conjunto, favoreceram a formação conjugal. Com isso, o casal pode amadurecer e estabelecer padrões mais funcionais de comunicação, rotina e resolução de conflitos. Ademais, outros elementos são considerados essenciais para o atravessamento desta fase adaptativa, como: a confiança; o respeito à indi-

vidualidade do parceiro; a destinação de espaço para momentos de lazer compartilhado; e a construção de planos conjuntos. A centralidade dos processos adaptativos na conjugalidade, conforme apontado pela literatura (Delatorre & Wagner, 2021; Karney & Bradbury, 1995), é corroborada também pelas experiências dos casais estudados. Ainda, o emprego do termo *processo* é muito elucidativo, já que explicita que a adaptação do casal requer tempo.

Apesar do grande volume de relatos sobre os desafios, os casais perceberam a coabitação como uma relação que vale a pena. Similarmente, uma investigação específica sobre a coabitação indicou que homens e mulheres perceberam os seus benefícios como mais preponderantes que suas desvantagens (Huang et al., 2011). A compreensão dos esforços exigidos para que a relação se torne mais estável e satisfatória também foi relatada em um estudo português com recém-casados (Fonseca & Duarte, 2014), reafirmando a ideia de que a coabitação é compensatória.

Quanto aos facilitadores, os entrevistados indicaram que alguns eventos anteriores ao período de moradia conjunta contribuíram para sua adaptação, como a conquista da independência financeira, bem como experiências anteriores de namoros e de saída da casa da família de origem. A partir da saída da casa da família de origem, os participantes se depararam com novas responsabilidades, puderam desenvolver habilidades e maturidade. Essas experiências estão relacionadas à aquisição de maior autonomia, tanto em termos financeiros quanto emocionais, em conformidade com as tarefas enfrentadas pelo jovem adulto. Conforme a literatura, a independência das famílias de origem deve ser uma tarefa alcançada antes do início da etapa de formação do casal, caso contrário, repercutirá em dificuldades (McGoldrick., 2016). Assim, é coerente a compreensão de que uma boa resolução das tarefas da etapa da emancipação do jovem adulto favoreça a adaptação à etapa seguinte – de formação do casal.

Considerações finais

Este estudo auxiliou a compreender como casais de adultos jovens transitaram para a primeira experiência de coabitação. A literatura clássica sobre o ciclo vital considera o casamento como o marcador do início da etapa do novo casal. Contudo, com a popularização da coabitação, esta pode passar a ser considerada como a primeira etapa do ciclo evolutivo do casal (Menezes & Lopes, 2007), sendo antecessora ou substituta do casamento, aspecto corroborado no presente estudo.

Optou-se por realizar entrevistas conjuntas e individuais com os participantes, por considerar que tanto a dinâmica relacional quanto a perspectiva individual deveriam ser avaliadas. Empregar esta estratégia proporcionou uma riqueza de dados à investigação. A primeira entrevista, feita com o casal, possibilitou que a diáde conhecesse a entrevistadora, sanando possíveis dúvidas e estabelecendo o *rapport* entre os envolvidos. Nesta entrevista foi possível visualizar a dinâmica relacional ao vivo e ter acesso a narrativas mais ricas, já que cada parceiro pode complementar o relato do outro, assim como demonstrar os pontos de concordância ou discordância entre si. Por sua vez, as entrevistas individuais, realizadas separadamente com cada parceiro, possibilitaram retomar e aprofundar assuntos abordados anteriormente, enfocando a perspectiva individual de cada um. Além disso, favoreceu abordar temas que poderiam deixar alguns participantes inibidos, se estivessem na presença do companheiro. Percebeu-se também que este segundo momento favoreceu a criação de um vínculo com a entrevistadora, o que auxiliou a tornar os participantes, especialmente os tímidos, mais à vontade para se engajarem na entrevista. Deste modo, a condução de entrevistas conjuntas e individuais, nesta respectiva ordem, mostrou-se profícua à realização deste estudo. Contudo, adotar esta estratégia implicou em entrevistar um número modesto de casais.

Além disso, percebe-se como limitação deste estudo o fato de os participantes serem majoritariamente autodeclarados brancos, com esco-

laridade superior à média da população (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2018) e residentes de um único estado – Rio Grande do Sul. Ademais, todos os casais demonstraram boa capacidade de comunicação, de adaptação à coabitação, e todos desejavam oficializar o casamento no futuro. Isso pode indicar um viés na constituição do grupo pesquisado que parece não ter abarcado casais pouco satisfeitos com seus relacionamentos.

Apesar de os dados não serem generalizáveis, este estudo forneceu informações acerca de um tipo de relação cada vez mais comum tanto no Brasil (Ramm & Salinas, 2019) quanto mundialmente (Perelli-Harris & Lyons-Amos, 2015; Sassler & Lichter, 2020) que, entretanto, tem sido pouco investigado em âmbito nacional. No Brasil, os censos não incluem perguntas sobre coabitação, de modo que o acesso a essas informações dependem de pesquisas acadêmicas, as quais dificilmente são representativas da população, considerando esta temática específica. Portanto, não se sabe ainda que tendências a coabitação segue no Brasil. Desse modo, seria útil que estudos quantitativos futuros auxiliassem a situar se os brasileiros estão coabitando antes ou ao invés do casamento e que outras tendências este tipo de arranjo segue. Investigações comparativas entre a coabitação e o casamento também poderiam incrementar a compreensão sobre tais arranjos, possibilitando salientar suas aproximações e diferenças. Também são bem-vindas pesquisas que incluam indivíduos e casais de cores/raças diversificadas, bem como com maior amplitude de idades e estágios do ciclo vital a fim de melhor compreender o fenômeno da coabitação.

Nesta importante etapa do relacionamento, pode ser útil auxiliar os casais a refletir sobre padrões conservadores relacionados ao gênero que têm acompanhado a formação conjugal e o quão problemáticos alguns desses estereótipos podem ser. A psicoeducação conjugal possui um caráter preventivo potente, que pode ser bastante útil para casais nesta etapa do ciclo vital. A partir dela é possível, por exemplo, desconstruir mitos relacionados ao amor romântico, melhorar as

habilidades de comunicação e de manejo dos conflitos, fortalecer as conexões positivas entre o casal, dentre outros (Fonseca & Duarte, 2014; McGoldrick & Shibusawa, 2016; Neumann et al., 2018).

Espera-se que os profissionais que atuam com casais em coabitação possam se beneficiar dos achados deste estudo, que destacou importantes aspectos relacionados a esse tipo de arranjo. Estar ciente dos desafios e tarefas enfrentados pelos casais que se encontram em uma relação ainda não institucionalizada pode favorecer práticas clínicas e de saúde que beneficiem a adaptação, o compromisso e a qualidade destas relações. Enquanto isso, cabe aos profissionais compreender o contexto que cerca tais casais e auxiliá-los nesta transição evolutiva.

Referências

Abreu, R. L. M., & Almeida, L. S. (2015). Posicionamentos de homens em uma relação de coabitação. *Memorandum*, 29, 153-167.

Braun, V., Clarke, V., Hayfield, N., & Terry, G. (2019). Thematic analysis. In P. Liamputtong (Ed.), *Handbook of research methods in health social sciences* (pp. 843-860). https://doi.org/10.1007/978-981-10-5251-4_103

Cowan, P. A., & Cowan, C. P. (2016). Transições familiares normativas, qualidade da relação do casal e desenvolvimento sadio dos filhos. In F. Walsh (Ed.), *Processos normativos da família: diversidade e complexidade* (4. ed., pp. 497-521). Artmed.

Delatorre, M. Z., & Wagner, A. (2021). A relação conjugal na perspectiva de casais. *Ciências Psicológicas*, 15(1), 1-20. <https://doi.org/https://doi.org/10.22235/cp.v15i2.2355>

Duarte, J. P., & Rocha-Coutinho, M. L. (2011). "Namorado": uma forma contemporânea de conjugalidade? *Psicologia Clínica*, 23(2), 117-135. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652011000200008>

Espinola, I. S., Cambranis, A. O., Salazar, M. A. M., & Esteves, C. G. (2017). Aproximación al concepto de pareja. *Psicología Para América Latina*, 29, 7-22.

Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 379-394. <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000200014>

Fonseca, S. R. A., & Duarte, C. M. N. (2014). Do namoro ao casamento: significados, expectativas, conflito e amor. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30(2), 135-143. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722014000200002>

Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), 17-27. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008000100003>

Heckler, V. I., & Mosmann, C. (2014). Casais de dupla carreira nos anos iniciais do casamento: compreendendo a formação do casal, papéis, trabalho e projetos de vida. *Barbarói*, 41(1), 119-147.

Huang, P. M., Smock, P. J., Manning, W. D., & Bergstrom-Lynch, C. A. (2011). He says, she says: gender and cohabitation. *Journal of Family Issues*, 32(7), 876-905. <https://doi.org/10.1177/0192513X10397601>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017: Educação 2017*.

Karney, B. R., & Bradbury, T. N. (1995). The longitudinal course of marital quality and stability: a review of theory, method, and research. *Psychological Bulletin*, 118(1), 3-34. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.118.1.3>

Kroeger, R. A., & Smock, P. J. (2014). Cohabitation: recent research and implications. In J. Treas, J. Scott, & M. Richards (Eds.), *The wiley-blackwell companion to the sociology of families* (2. ed., pp. 217-235). <https://doi.org/10.1002/9781118374085>

Manning, W. D. (2020). Young adulthood relationships in an era of uncertainty: a case for cohabitation. *Demography*, 57(3), 799-819. <https://doi.org/10.1007/s13524-020-00881-9>

Manning, W. D., & Smock, P. J. (2005). Measuring and modeling cohabitation: new perspectives from qualitative data. *Journal of Marriage and Family*, 67(4), 989-1002. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2005.00189.x>

Manning, W. D., Smock, P. J., & Fetro, M. N. (2019). Cohabitation and marital expectations among single millennials in the U.S. *Population Research and Policy Review*, 38(3), 327-346. <https://doi.org/10.1007/s11113-018-09509-8>

McGoldrick, M. (2016). Becoming a couple: the joining of families. In M. McGoldrick, N. G. Preto, & B. Carter (Eds.), *The expanding family life cycle: individual, family, and social perspectives* (5. ed., pp. 259-279). Pearson.

McGoldrick, M., & Shibusawa, T. (2016). O ciclo vital familiar. In F. Walsh (Ed.), *Processos normativos da família: diversidade e complexidade* (4. ed., pp. 375-398). Artmed.

Menezes, C. C., & Lopes, R. de C. S. (2007). A transição para o casamento em casais coabitantes e em casais não-coabitantes. *Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum*, 17(1), 52-63. <https://doi.org/https://doi.org/10.7322/jhgd.19814>

Miller, A. J., & Carlson, D. L. (2016). Great Expectations? Working- and middle-class cohabitators' expected and actual divisions of housework. *Journal of Marriage and Family*, 78(2), 346-363. <https://doi.org/10.1111/jomf.12276>

Minuchin, S. (1982). Um modelo familiar. In *Famílias: funcionamento e tratamento* (pp. 52-69). Artes Médicas.

Neumann, A. P., Wagner, A., & Remor, E. (2018). Couple relationship education program "Living as Partners": evaluation of effects on marital quality and conflict. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 31(26). <https://doi.org/10.1186/s41155-018-0106-z>

Perelli-Harris, B., & Lyons-Amos, M. (2015). Changes in partnership patterns across the life course: an examination of 14 countries in Europe and the United States. *Demographic Research*, 33(1), 145-178. <https://doi.org/10.4054/DemRes.2015.33.6>

Perelli-Harris, B., Mynarska, M., Berrington, A., Berghammer, C., Evans, A., Isupova, O., Keizer, R., Klärner, A., Lappegard, T., & Vignoli, D. (2014). Towards a new understanding of cohabitation: insights from focus group research across Europe and Australia. *Demographic Research*, 31(1), 1043-1078. <https://doi.org/10.4054/DemRes.2014.31.34>

Ramm, A., & Salinas, V. (2019). Beyond the second demographic transition: Cohabitation in Chile. *Journal of Comparative Family Studies*, 50(1), 75-97. <https://doi.org/10.3138/jcfs.041-2019>

Rhoades, G. K., Stanley, S. M., & Markman, H. J. (2012). The impact of the transition to cohabitation on relationship functioning: cross-sectional and longitudinal findings. *Journal of Family Psychology*, 26(3), 348-358. <https://doi.org/10.1037/a0028316>

Rios-González, J. A. (2011). *Los ciclos vitales de la familia y la pareja ¿Crisis u oportunidades?* (2. ed.). Editorial CCS.

Sassler, S., & Lichter, D. T. (2020). Cohabitation and marriage: complexity and diversity in union-formation patterns. *Journal of Marriage and Family*, 82(1), 35-61. <https://doi.org/10.1111/jomf.12617>

Wagner, A., & Delatorre, M. Z. (2018). A conjugalidade e suas transformações nos diferentes estágios do ciclo vital. In M. A. dos Santos, D. Bartholomeu, & J. M. Montiel (Eds.), *Relações interpessoais no ciclo vital: conceitos e contextos* (pp. 271-284). Vetor.

Giovanita Mitie Maesima

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS, Brasil. Psicóloga Clínica em consultório particular.

Angélica Paula Neumann

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS, Brasil; com pós-doutorado em Psicologia pela mesma instituição. Professora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), em Erechim, RS, Brasil. Psicóloga Clínica em consultório particular.

Adriana Wagner

PhD em Psicologia pela Universidad Autónoma de Madrid (UAM), em Madrid, Espanha; com pós-doutorado no Instituto de Pesquisa em Qualidade de Vida (IRQV) na Universitat de Girona, Espanha. Professora convidada do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS, Brasil e coordenadora do Núcleo de Pesquisa Dinâmica das Relações Familiares.

Os textos deste artigo foram revisados pela SK Revisões Acadêmicas e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.